

# Lukács, trabalho e emancipação humana

Ivo Tonet

Como citar: TONET, Ivo. **Lukács, trabalho e emancipação humana**. In: REI, Marcus Del (org.). **György Lukács e a emancipação humana**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.73-86. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7559-344-8.p73-86>



# LUKÁCS, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

*Ivo Tonet*

## **Marx e a centralidade do trabalho**

Que o trabalho tenha uma posição central no pensamento de Marx parece-nos indiscutível, embora isso não seja de modo nenhum consensual entre os próprios marxistas.

Não é nossa intenção examinar aqui os argumentos daqueles que discordam dessa afirmação. O que nos importa, em um primeiro momento, é esclarecer os vários significados da centralidade do trabalho no pensamento de Marx. Ao mesmo tempo, importa-nos enfatizar a importância que essa questão tem para a compreensão da natureza do pensamento marxiano e seu significado para a luta da classe trabalhadora. Mas também queremos aludir às profundas alterações que essa ideia sofreu ao longo do processo histórico, quando a centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da política, com enormes e nocivas consequências para a luta dos trabalhadores. Em um segundo momento, queremos mostrar como, e em que sentido, Lukács resgatou a ideia da centralidade do trabalho, a importância desse resgate, e como ele mesmo, por uma série de circunstâncias teóricas e práticas, ao referir-se à Revolução Soviética e a outras revoluções chamadas socialistas, não conseguiu tirar as consequências dessa sua importantíssima redescoberta e caiu na centralidade da política.

Entrando *in medias res*. Tanto nos *Manuscritos econômico-filosóficos* quanto em *A ideologia alemã* e em *O capital*, portanto em obras da juventude e em obras da maturidade, Marx faz referência ao trabalho como a categoria que dá origem a um novo tipo de ser, o ser social. Três citações apenas ilustram essa afirmação. Nos *Manuscritos*, Marx diz o seguinte:

Pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida.

No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem.<sup>1</sup>

Fica claro, aqui, que o trabalho é a atividade essencial na produção do ser humano.

Por sua vez, em *A ideologia alemã*, temos a conhecidíssima afirmação de que o ponto de partida da concepção materialista da história são “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação”<sup>2</sup>. E, mais adiante, Marx e Engels enfatizam que, diferentemente dos alemães (idealistas),

devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...].<sup>3</sup>

E, em *O capital*, temos aquela célebre passagem em que Marx define o que é trabalho em geral. Em suas palavras:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, *[tierartig]*, do trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.<sup>4</sup>

Essas poucas, mas importantíssimas passagens parecem não deixar dúvida de que o trabalho é a categoria fundante do ser social.

Nenhuma dessas afirmações se refere a uma forma concreta de trabalho. Todas fazem referência aos elementos essenciais e universais do trabalho. Ao trabalho que, como produtor de valores de uso, será uma necessidade eterna da humanidade. Da natureza essencial do trabalho emerge, pois, o fato de que ele é a única categoria que tem por função social transformar a natureza para criar os bens materiais necessários à existência humana. Com isso, ele se constitui no fundamento ontológico do ser social. Além disso, por ser também uma necessidade insuprimível da vida humana, permanecerá sempre, em alguma forma concreta, como o fundamento de qualquer forma de sociabilidade.

Dessa constatação segue-se, como consequência, que o trabalho é a raiz do ser social e, portanto, toda transformação radical da sociedade pressupõe necessariamente uma alteração essencial na natureza dessa atividade.

<sup>1</sup> Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos* (São Paulo, Boitempo, 2004), p. 84.

<sup>2</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã* (São Paulo, Boitempo, 2007), p. 86-7.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 32-3.

<sup>4</sup> Karl Marx, *O capital* (São Paulo, Boitempo, 2013), Livro I, p. 255-6.

Vale enfatizar, para cortar o passo às frequentes acusações de determinismo econômico, que fundamento ontológico não significa causa única nem relação mecânica. Como já acentuamos em outros escritos, entre o trabalho e as outras dimensões da atividade humana existe uma relação de dependência ontológica destas em relação àquele, mas também de autonomia relativa delas e de dependência recíproca entre todas elas, aí incluindo o trabalho.

Mas, para Marx, o trabalho não tinha apenas uma centralidade no sentido ontológico. Em sua forma concreta, na sociedade capitalista, ele também tem uma centralidade política no sentido de que cabe à classe operária, exatamente por ser ela a produtora da riqueza material, a tarefa de liderar a transformação radical da sociedade. É apenas ela que se confronta direta e essencialmente com o capital, pois é apenas ela que produz, ao mesmo tempo, a riqueza material e o mais-valor que se transformará em capital. Ora, essa centralidade política implica, por óbvio, tarefas políticas, isto é, o embate contra o poder do Estado burguês com o fim de destruí-lo, já que ele é um dos elementos fundamentais que asseguram a dominação do capital sobre o trabalho. É por isso que Marx afirma que a revolução proletária tem de ter uma dimensão política.

Mas há outra questão importantíssima, fortemente enfatizada por Marx. Refere-se ao fato de que o trabalho também deve ser o norteador do processo revolucionário de superação do capitalismo. Isso significa que, para que haja uma revolução de caráter socialista, a questão decisiva, embora de modo nenhum a única, é uma transformação radical na natureza do trabalho. Essa ideia já é afirmada por Marx nas “Glosas críticas” de 1844, quando ele enfatiza que todas as revoluções realizadas até então foram “revoluções sociais com alma política” e que a revolução proletária será necessariamente uma “revolução política com alma social”, deixando claro que, para ele, alma social se refere à categoria fundante da sociedade, que é o trabalho. Conclui, então, que há uma relação íntima entre estes dois momentos, o político e o social, mas a prioridade ontológica pertence ao segundo. Nas suas palavras:

A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas – é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse *ato político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu *involúcro político*.<sup>5</sup>

Em *A guerra civil na França*, um texto que tem como base uma experiência concreta, ele enfatiza a mesma relação entre momento político e momento social. Referindo-se à Comuna, diz que esta é “a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”<sup>6</sup>. E continua:

A não ser sob essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna [e não o Estado], portanto, devia servir como alavanca para

<sup>5</sup> Idem, “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Lutas de classes na Alemanha* (São Paulo, Boitempo, 2010), p. 52.

<sup>6</sup> Idem, *A guerra civil na França* (São Paulo, Boitempo, 2011), p. 59.

desarraigam o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.<sup>7</sup>

Marx chama essa nova forma de trabalho de trabalho associado, ou livre associação dos trabalhadores livres. Mas devemos enfatizar que, para Marx, trabalho associado se caracteriza pelo controle livre, consciente, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de produção. Essa forma de trabalho é a base imprescindível da emancipação humana, do comunismo.

Ora, o trabalho associado pressupõe necessariamente uma capacidade de produzir riqueza em abundância. É o que Marx e Engels deixam claro em *A ideologia alemã*, quando afirmam que um alto desenvolvimento das forças produtivas é condição absolutamente indispensável para uma revolução comunista. Não só porque possibilita a produção abundante de riqueza, capaz de atender às necessidades de todos, mas também porque só assim os indivíduos se tornarão efetivamente universais, vale dizer, adequados a esse novo modo de produção.

Os autores dessa obra são enfáticos quanto a isso. Sem um alto desenvolvimento das forças produtivas, “apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomençariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer”<sup>8</sup>.

Desse modo, de acordo com Marx, o alto desenvolvimento das forças produtivas é ponto de partida, pré-condição para uma revolução de caráter socialista. Não comunista, mas apenas socialista, isto é, que inaugure o período de transição entre o capitalismo e o comunismo. O que significa que essa base material apropriada não pode de maneira nenhuma ser desenvolvida “de modo socialista”. Como se sabe, o desenvolvimento rápido e em grande escala das forças produtivas, em situação de atraso, só pode se realizar com base em uma intensa exploração da classe trabalhadora. Ou seja, não pode de modo nenhum caminhar no sentido da supressão da exploração do homem pelo homem, mas sempre no sentido de sua continuidade.

Quanto ao trabalho associado como fundamento da forma mais elevada possível da liberdade humana, encontramos também essa ênfase numa passagem importante de *O capital*. Marx se refere nela ao fato de que a verdadeira liberdade humana se situa para além do trabalho, mesmo em sua forma mais digna. Essa forma mais digna significa que

o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana.<sup>9</sup>

É óbvio que esse tipo de trabalho só poderá existir com base em um grande desenvolvimento das forças produtivas, pois supõe que a riqueza será produzida em um tempo muito reduzido, o que liberaria um enorme tempo livre e a plena explicitação das potencialidades humanas poderia florescer.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, cit., p. 38.

<sup>9</sup> Karl Marx, *O capital* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974), Livro III, v. 6, p. 942.

Essa citação também deixa muito claro que há uma articulação incidível entre trabalho associado e liberdade plena. Esses dois momentos compõem uma totalidade. Ainda que, na processualidade concreta, trabalho e outras atividades não caminhem no mesmo ritmo, não resta dúvida de que é impossível o desenvolvimento de uma delas – no caso, o trabalho – no sentido do socialismo sem que as outras também se orientem nesse sentido. Ritmos diferentes, sim; oposição, não.

Poderíamos concluir apenas com mais uma passagem muito significativa de *A ideologia alemã* que mostra claramente a arquitetura geral da realidade social, segundo os autores. Dizem eles:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada [...] como o fundamento de toda a história[...].<sup>10</sup>

É significativo o fato de que eles mesmos (Marx e Engels) julgavam que a revolução socialista já era possível em 1848, porque entendiam que o desenvolvimento das forças produtivas já havia alcançado, através do capitalismo, um patamar capaz de produzir riqueza em abundância para todos e o capitalismo havia atingido limites para além dos quais as relações de produção se tornariam um entrave para o desenvolvimento daquelas forças. É sabido que Engels, no prefácio à edição de 1895 de *As lutas de classes na França*, reconheceu o erro a esse respeito. Mas isso deixava ainda mais clara a ideia de que um alto desenvolvimento das forças produtivas era condição imprescindível para que a revolução fosse possível.

### Os caminhos da história

O processo histórico tomou caminhos contrários àqueles preconizados por Marx e Engels. De um lado, mudou o eixo da revolução ao ser atribuído ao Estado – seja sob a forma de Estado social-democrata, seja sob a forma de Estado “proletário” – o papel de polo regente do processo revolucionário. De outro, pareceu dar suporte à ideia de que era possível construir o socialismo sem aquele desenvolvimento prévio das forças produtivas. O caminho trilhado pela social-democracia alemã passou, mais tarde, a “caminho democrático para o socialismo”, enquanto o caminho revolucionário seguido pela Revolução Soviética se tornou o modelo para todas as outras tentativas não democráticas.

Em ambos os casos, e por um conjunto de circunstâncias históricas, a regência do processo de transformação da sociedade em direção ao socialismo foi entregue nas mãos do Estado e não nas mãos da classe operária. Pode-se alegar que em ambos os casos, mas em especial no caso da Revolução Soviética, o Estado tinha um caráter proletário, ou seja, era um instrumento nas mãos da classe trabalhadora e, com isso, a regência do processo estava nas mãos dela. Para deixar clara a não identidade dessas duas “mãos”, é preciso esclarecer o que significa “estar nas mãos da classe trabalhadora”. E, além disso, é necessário deixar claro qual é o significado de “Estado” no período de transição do capitalismo para o comunismo.

<sup>10</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, cit., p. 42.

No primeiro caso – “estar nas mãos da classe trabalhadora” –, trata-se do controle operário da produção. Esse controle foi entendido de duas formas, que muitas vezes estiveram conectadas: uma é o planejamento centralizado da produção pelo Estado, que seria supostamente o Estado proletário; outra é a ocupação das fábricas pelos trabalhadores, que gerenciariam o processo de produção.

No entanto, como vimos, para Marx a regência da produção pela classe trabalhadora tem um significado totalmente diferente. Em primeiro lugar, tem como pressuposto absolutamente incontornável um alto desenvolvimento das forças produtivas, capazes de produzir riqueza em abundância, na quantidade e com a qualidade necessárias ao atendimento das reais necessidades humanas. Em segundo lugar, entra em cena o trabalho associado, isto é, a colocação em conjunto das forças de todos os trabalhadores e seu controle consciente, livre, coletivo e universal.

É evidente que a conjugação destes dois elementos, alto desenvolvimento tecnológico e soma das forças de todos, implicará necessariamente a redução do tempo de trabalho necessário e o consequente aumento do tempo livre. Por outro lado, o trabalho associado implicará, também necessariamente, uma mudança radical tanto no processo de produção como em seu caráter. Do ponto de vista do processo, significará a supressão da hierarquia, que é exatamente o meio de controle do capital sobre o trabalho, e o estabelecimento de uma forma de trabalho que esteja de acordo com as exigências humanas. Do ponto de vista do caráter, significará uma produção voltada para o valor de uso e não para o valor de troca. E como valor de uso significa atendimento das necessidades humanas, isso implicará a mudança no sentido tanto do que é produzido quanto da quantidade e da qualidade.

Quanto ao Estado, seria necessário examinar, do ponto de vista de Marx, sua origem, natureza e função social para entender o significado que essa categoria tem no processo de transição do capitalismo para o comunismo. Na impossibilidade de desenvolver essa análise, faremos alusão apenas ao que nos parece essencial.

Como se sabe, a origem, a natureza e a função social do Estado estão ligadas à existência e à manutenção da propriedade privada. Por isso mesmo, ele sempre assume a forma de algo separado e acima da sociedade. No período de transição, o Estado (burguês) é destruído não para que outro Estado seja construído, mas para que o poder seja transferido para “o proletariado organizado como classe dominante”. O próprio Lenin, em *O Estado e a revolução*, que, como se sabe, foi escrito antes da revolução, acentua esse caráter de não Estado desse poder. Afirma ele, com as palavras de Engels, que a esse poder já não se deveria chamar Estado, mas “*gemeinwesen*” ou “*commune*”, porque a “Comuna já não é um Estado no sentido próprio da palavra”<sup>11</sup>.

É fácil entender que o pressuposto da doutrina de Marx e Engels acerca do definhamento do “Estado proletário” era a entrada em cena do trabalho associado. Sem essa condição, não faria sentido falar em definhamento do Estado, porque as bases materiais que sustentam sua existência não desapareceriam. Com ela, o poder que estaria nas mãos da maioria organizada após a quebra do Estado burguês já não seria um poder separado e acima da sociedade cujo intuito é manter a dominação de uma classe sobre outra, mas

<sup>11</sup> Vladimir I. Lenin, *O Estado e a revolução* (São Paulo, Hucitec, 1978), p. 81-2.

apenas um poder que permitiria o aprofundamento da transformação radical da economia. Tratar-se-ia, então, do poder da maioria trabalhadora organizada, cujo intuito seria permitir o avanço da socialização e impedir o retorno da propriedade privada. Comentando a afirmação de Engels, diz Lenin:

A Comuna deixava de ser um Estado, pois que não tinha mais a oprimir a maioria da população, mas sim uma minoria (os exploradores); quebrara a máquina do Estado burguesa, já não era uma força especial de opressão, era o próprio povo que entrava em cena. Tudo isso já não corresponde à definição de Estado no sentido literal da palavra.<sup>12</sup>

A decorrência necessária dessa relação de dependência ontológica da política em relação à economia é que é impossível existir aquela forma de "Estado" chamada "Comuna", isto é, um Estado em extinção, se não estiver em andamento aquela transformação radical no processo de produção da riqueza material. A falta dessa transformação levará fatalmente à continuidade e ao reforço da exploração da classe trabalhadora e, por isso mesmo, à estruturação do Estado como um instrumento típico de manutenção dessa exploração. Chamá-lo de Estado proletário ou Estado proletário com deformações burocráticas não altera em nada sua essência de instrumento de manutenção da exploração da classe trabalhadora.

A nosso ver, os equívocos brotaram todos de uma ideia economicista das transformações do processo produtivo e de uma compreensão politicista do processo revolucionário em geral.

Do ponto de vista econômico, julgava-se que a supressão (jurídica e política) da propriedade privada, a estatização dos meios de produção e o planejamento centralizado da economia criariam as bases materiais do socialismo, mesmo na ausência de um alto desenvolvimento das forças produtivas.

Do ponto de vista do conjunto do processo revolucionário, tanto durante seu desenrolar quanto nas críticas que lhe foram feitas posteriormente, o foco sempre foi a dimensão política, a falta de "socialização" do poder político. Em síntese, pressupõe-se que, se tivesse havido incentivo a uma participação mais ativa das massas, todo o processo caminharia no sentido do comunismo. Inverte-se, desse modo, aquela relação de dependência ontológica da política em relação à economia. Em vez de a economia estabelecer o campo dentro do qual se expressa a luta política, é a política que estabelece os rumos da economia.

Quando falamos em dependência ontológica, não vai nisso nenhum economicismo, porque não estamos afirmando que a política é uma expressão mecânica da economia. O que dizemos é que, entre economia e política, há uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa da segunda em relação à primeira e, ao mesmo tempo, de determinação recíproca entre as duas. Isso significa que a economia estabelece um campo, fixa certos limites, embora nunca absolutamente rígidos, dentro dos quais se dão os embates políticos. Esses limites não podem ser ultrapassados por nenhuma determinação da vontade. Os exemplos históricos disso são em quantidade suficiente para não restar nenhuma dúvida.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 82.

### Lukács e o resgate da centralidade do trabalho

A fortuna do pensamento de Marx é extremamente complexa. Interpretações diversas, cortes, confusões, mal-entendidos, deformações, reducionismos, dogmatismos. Tudo isso no fragor da luta social e das dificuldades impostas pela própria obra desse pensador.

No entanto, é fundamental o fato de Marx ter lançado as bases de uma forma radicalmente nova de entender o mundo. Por sua vez, essa forma nova surgiu quando a perspectiva da subjetividade (gnosiológica) construída na modernidade estava firmemente estabelecida. Entre outras coisas, ela afirmava o primado da subjetividade sobre a objetividade no processo de conhecimento e a não historicidade radical da realidade social ao partir de um indivíduo naturalmente egoísta.

Os fundamentos de uma compreensão radicalmente nova de mundo deveriam ser opostos àquela perspectiva. Criá-los foi uma tarefa hercúlea, complexa, cheia de tateios, avanços e recuos, de correções e de mudanças. Compreendê-los, mesmo por aqueles que lhe eram favoráveis, mas estavam impregnados da perspectiva da subjetividade, não foi nada fácil. E pode-se dizer que a maioria das interpretações, certamente com enormes diferenças, e sem deixar de, às vezes, apreender elementos importantes, passou ao largo ou tomou caminhos contrários a essa impostação radicalmente nova.

O que caracterizava a radical novidade do pensamento de Marx? A nosso ver, a demonstração da historicidade e da socialidade radicais do ser social, bem como a correta articulação entre subjetividade e objetividade. Somente isso poderia fundamentar a possibilidade, e não apenas o desejo, da superação do capitalismo e da instauração de uma sociedade comunista, uma vez que permitia demonstrar que a história, em sua integralidade, é feita pelos próprios homens.

Ora, essa demonstração implicava a resposta à pergunta: o que é o ser social? Tudo mais depende da resposta a essa questão. Ao buscá-la na realidade objetiva, e não em uma definição subjetiva qualquer, Marx conferiu ao seu pensamento um caráter ontológico, pois concedia o primado à objetividade, ao ser, e não a uma elaboração meramente racional. O caráter da resposta, por sua vez, deixava claro que se tratava de uma ontologia não de corte metafísico, mas de talhe inteiramente histórico e social.

Levado por esse impulso ontológico, Marx constatou que o ponto de partida – real, objetivo e empiricamente verificável – são “os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida”<sup>13</sup> e o primeiro e fundamental ato desses indivíduos, para poder existir e continuar a existir, é o trabalho, isto é, a transformação da natureza para a criação da riqueza material. Mas também constatou que esses indivíduos não só transformam a natureza como transformam, ao mesmo tempo, a si próprios.

Ora, o ato do trabalho, como o próprio Marx afirma em *O capital*, é uma síntese de subjetividade e objetividade. Isso significa que a subjetividade não é de modo algum mera emanção fenomênica da realidade objetiva, mas que esses dois elementos têm, no plano do ser, o mesmo estatuto. Desse modo, a realidade social, em qualquer forma que se apresente, só pode ser compreendida de maneira adequada se for entendida como resultado do concreto processo social de articulação entre subjetividade e objetividade.

<sup>13</sup> Karl Marx, *As lutas de classes em França* (Lisboa, Avante, 1984), p. 26.

Da análise da natureza do trabalho decorre, pois, que o ser social é radicalmente histórico e radicalmente social e que a práxis, a articulação entre subjetividade e objetividade, é a categoria que o define.

Estava fundamentada, assim, a possibilidade da revolução e da superação do capitalismo, porque, se a história é feita pelos próprios homens, nada há, em princípio, que os impeça de suprimir essa forma de sociabilidade e construir outra. Mas estava demonstrado também que qualquer forma de sociabilidade é sempre resultado da inter-relação entre subjetividade e objetividade e que, portanto, uma sociedade comunista pressupõe necessariamente uma base material, objetiva, adequada.

Mas foi exatamente essa impostação ontológica marxiana que não foi entendida ou foi se perdendo ao longo da trajetória teórico-prática do pensamento de Marx. Das formas mais variadas, a maioria das interpretações continuou a tender ora para o lado da subjetividade, ora para o lado da objetividade, ou a justapor esses dois momentos sem encontrar a justa articulação.

A interpretação dominante até o surgimento do chamado marxismo-leninismo – a da Segunda Internacional – é exatamente uma justaposição de idealismo e objetivismo. O chamado marxismo-leninismo levou essa deformação às últimas consequências. E o chamado marxismo ocidental, que pretendeu se opor a essas deformações, tem uma postura claramente contrária a essa impostação ontológica marxiana – para não falar da vertente althusseriana, que tem um caráter visceralmente antiontológico.

O resultado do desconhecimento dessa impostação ontológica foi a perda do caráter radicalmente crítico e revolucionário do pensamento de Marx e a consequente incapacidade de fundamentar de maneira adequada a possibilidade da revolução.

Foi a descoberta das chamadas obras de juventude de Marx, especialmente dos *Manuscritos de Paris*, mas também de *Sobre a questão judaica* e *A ideologia alemã*, que permitiram a Lukács perceber que a novidade radical da elaboração marxiana estava precisamente em sua impostação ontológica, embora de cunho claramente histórico e social.

### **A posição lukacsiana em face da Revolução Soviética**

Não é nossa intenção fazer uma ampla exposição da relação teórica e prática de Lukács com a Revolução Soviética. Esse é um assunto extremamente vasto e complexo e inteiramente fora da nossa competência. Nosso objetivo é apenas expor, sem nem sequer buscar entender de modo mais profundo, a posição de Lukács com referência ao processo revolucionário que se desenrolou na Rússia, e mostrar que ele não conseguiu tirar as consequências de sua redescoberta do trabalho como categoria fundante do ser social, passando a atribuir à política a direção do processo revolucionário.

Sabe-se que a relação de Lukács com a Revolução Soviética e os partidos comunistas foi bastante atribulada, mas que, apesar disso, ele sempre manteve uma adesão clara ao socialismo. No entanto, essa adesão não era apenas ao socialismo em geral, mas ao que ele entendia como sua expressão concreta: o caminho trilhado pela Revolução Soviética e, nesta, a direção do partido de tipo bolchevique e especialmente a orientação teórica e prática expressa por Lenin.

É inegável que Lenin exerceu uma poderosa influência sobre Lukács. Isso é admitido pelo próprio Lukács. Mas essa influência reconhecida derivava do fato de que Lukács via em Lenin o continuador e o renovador do pensamento de Marx e Engels.

O texto que servirá de base à nossa argumentação será o livro *Socialismo e democratização*, resultado dos esforços de Lukács após os turbulentos acontecimentos de 1956 na Hungria e de 1968 na Checoslováquia. Seu objetivo era encontrar um *tertium* entre o burocratismo repressivo soviético e o tipo de democratização – que ele reputava burguês – em curso na Checoslováquia.

Esse texto começou a ser escrito em 1968 e foi entregue ao Partido Comunista Húngaro, mas, por uma série de circunstâncias, só foi publicado em 1985, em alemão, e em 1987, em italiano.

Qual é, em resumo, a posição de Lukács? Seu pressuposto é que a Revolução Soviética foi uma revolução socialista, mas que não seguiu o caminho clássico preconizado por Marx e Engels. Como se sabe, esse caminho clássico teria como ponto de partida os países capitalistas mais desenvolvidos, onde houvesse, de fato, um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas. A Revolução Soviética, ao contrário, realizou-se em um país muito atrasado, inaugurando o que se acreditou ser um caminho inteiramente novo.

Essa revolução, ao contrário do pretendido por Lenin, teve seu desenvolvimento travado por um processo de burocratização que impediu a instauração de uma verdadeira democracia da vida cotidiana. Por outro lado, o processo de democratização em curso na Checoslováquia tomava um caminho de caráter burguês. Lukács propõe, então, um *tertium*, que, segundo ele, só poderia ser a *democracia socialista*. Esta tinha como modelo aqueles grandes movimentos de massas que sempre acompanharam as revoluções socialistas. Lukács se refere ainda aos conselhos, surgidos nas revoluções de 1871, 1905 e 1917:

este movimento soviético [...] tinha por objetivo organizar de modo racional, de modo adequado aos interesses elementares da classe trabalhadora, os problemas reais da sua vida, desde a cotidianidade das questões da empresa, da casa etc. até os grandes problemas da sociedade em seu conjunto [...].<sup>14</sup>

Lukács não pensava que fosse necessário fazer uma revolução, pois essa, do ponto de vista econômico – que é o fundamental – tivera avanços significativos; era preciso apenas resgatar a democratização tal como já fora praticada em outros momentos.

É interessante notar a relação que ele faz entre a economia e as outras dimensões. Ele diz que não basta socializar os meios de produção: isso, por si só, não é capaz de replasmar a forma do trabalho e a vida cotidiana. Seria necessário guiar conscientemente esse processo no sentido de fazer surgir nele qualidades e relações propriamente humanas.

Parece-nos que o equívoco de Lukács é total e abrangente. O ponto de partida é o entendimento da socialização dos meios de produção como igual a estatização, supressão jurídico-política da propriedade privada e planejamento centralizado da economia. Observando a realidade prática, ele conclui que a socialização, por si só, não muda a totalidade da vida. Por isso, diz ele, é preciso a intervenção de uma orientação teleológica que não é própria do processo econômico. Sua defesa da democratização se baseia, assim,

<sup>14</sup> G. Lukács, *Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)* (org. e trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008), p. 168-9.

num pressuposto falso. E sua conclusão, portanto, está fundada em seu entendimento equivocado do que é socialização dos meios de produção.

Como vimos, para Marx isso significa a entrada em cena do trabalho associado. E trabalho associado significa necessariamente o controle livre, consciente, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de produção. Ora, essa mudança radical na forma do trabalho implica, imprescindivelmente e ao mesmo tempo, embora em ritmos diferentes, uma mudança em todos os aspectos da vida social. Socialização efetiva da economia e socialização da vida cotidiana são dois momentos que determinam um ao outro e não podem se realizar de modo independente. Não faz o menor sentido, na perspectiva marxiana, imaginar que a economia possa estar trilhando o caminho do socialismo e o restante da vida social, não. Não se trata de causalidade mecânica, e sim de determinação recíproca, com prioridade da economia.

Segue-se daí também uma identificação totalmente equivocada do sujeito da democratização. Segundo Lukács, o sujeito seria a opinião pública, constituída da população em geral; esta se encontra reprimida, mas, por baixo dessa repressão, faz ouvir suas constantes reclamações. A população precisa ser despertada para uma ação mais significativa e coletiva, e esse despertar cabe aos “verdadeiros marxistas”, aqueles que não perderam o espírito dos anos revolucionários.

A nosso ver, o equívoco de Lukács tem seu cerne na definição do fundamento do socialismo. E, nessa definição, ele segue de perto seu mestre, Lenin.

Em *O Estado e a revolução*, Lenin afirma que a questão essencial é a “transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social”<sup>15</sup>. Mas em que consistia a propriedade social naquele momento? Consistia em eliminar os capitalistas e organizar a produção nos moldes do correio alemão. Diz Lenin: “Organizemos a grande produção, nós mesmos, os operários, partindo do que já tenha sido criado pelo capitalismo, baseando-nos em nossa própria experiência de trabalho, estabelecendo uma disciplina rigorosíssima, férrea, mantida pelo poder estatal dos operários armados”<sup>16</sup>.

Lenin, assim como Lukács, sabia que o comunismo exige um grande desenvolvimento das forças produtivas. Também sabia que isso não existia na Rússia. Tratava-se, pois, de construir as bases materiais do comunismo durante a fase de transição, chamada de socialismo. Lenin lamentava o fato de que a revolução tivesse tomado um caminho não previsto por Marx e Engels e que eles, os revolucionários soviéticos, tivessem de resolver os problemas sem nenhuma indicação de ambos os autores. Lukács concorda inteiramente com ele. Tratava-se, então, de prosseguir a revolução, mas por um caminho não clássico.

Infelizmente, a estabilização do capitalismo isolou a Revolução Soviética, de modo que se tornou imperativa a concentração de todo o esforço no sentido de desenvolver as forças produtivas. Isso fez com que a necessidade se transformasse em virtude, isto é, que o desenvolvimento econômico centrado na estatização dos meios de produção, no planejamento centralizado da economia e na supressão jurídico-política da propriedade privada fosse considerado o caminho para a construção das bases materiais do comunismo.

<sup>15</sup> Vladimir I. Lenin, *O Estado e a revolução*, cit., p. 89.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 94.

Vejamos como se colocava o problema para Lukács.

No caso russo, punha-se em termos imperativos, e não alternativos, a necessidade de desenvolver as bases econômico-objetivas do socialismo, que ainda não existiam. A verdadeira alternativa histórica que então se colocava era a seguinte: seria possível (e de que modo) associar o desenvolvimento econômico [...] com a construção das precondições sociais de uma democracia socialista; ou, ao contrário, tratava-se, em nome do mero progresso econômico, de colocar essa associação em segundo plano, ou mesmo de deixá-la inteiramente de lado?<sup>17</sup>

Segundo ele, Lenin procurou associar as duas coisas, ao passo que Stalin tomou o caminho do desenvolvimento econômico apenas. Mesmo assim, a seu ver, foram construídas as bases materiais do comunismo. Por isso, refutando os críticos burgueses, ele pode concluir:

a União Soviética de hoje, apesar de todos os inegáveis problemas que apresenta em importantes setores da vida econômica, tornou-se uma grande potência econômica [...]. E chegou a isso sem fazer nenhuma concessão no que se refere ao ponto central da economia socialista, ou seja, a socialização dos meios de produção.<sup>18</sup>

E ainda afirma: “as sociedades socialistas atualmente existentes [...] liquidaram e impossibilitaram objetivamente qualquer exploração do homem pelo homem”<sup>19</sup>. E chega às raias do absurdo, dizendo: “Duvidar do caráter objetivamente socialista do socialismo real [...] é manifestação de insensatez e não passa de calúnia burguesa”<sup>20</sup>.

Como, porém, a dimensão não econômica do socialismo, isto é, a democracia socialista, ficou atrofiada e deformada,

a construção e o aperfeiçoamento da dimensão socialista subjetiva da sociedade continua a ser a grande tarefa do presente e do futuro para todos os que aceitam honestamente o socialismo como o único caminho para uma real superação das contradições do capitalismo.<sup>21</sup>

Vale notar que essas afirmações foram feitas em 1968. Nesse momento, Lukács já tinha à mão, havia muitos anos, os *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A questão judaica*, *A ideologia alemã* e os *Grundrisse*, sem falar de sua familiaridade com todos os outros textos de Marx e Engels já publicados, especialmente *O capital*. E, nesse texto, demonstra conhecer muito bem as ideias desses autores sobre os fundamentos da transição do capitalismo para o comunismo. Sabe que o comunismo exige uma base material altamente desenvolvida. Sabe que o “reino da liberdade” só pode ser construído a partir da base posta pelo “reino da necessidade”, isto é, da forma do trabalho mais digna possível da natureza humana, que é o trabalho associado. Mesmo assim afirma que, do ponto de vista econômico, a União Soviética e outros países ditos socialistas estariam avançando no caminho do socialismo e teriam já extirpado a exploração do homem pelo homem!

<sup>17</sup> G. Lukács, *Socialismo e democratização*, cit., p. 147.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 154-5.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 180.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> *Idem*.

Como dissemos no início, não era nosso objetivo buscar as causas dessa maneira de pensar de Lukács ou negar a complexidade da situação vivida por ele. O que nos interessava era apenas mostrar que Lukács, mesmo tendo sido um dos autores que mais contribuíram para resgatar o trabalho como fundamento ontológico do ser social e, com isso, restituir ao pensamento de Marx seu caráter radicalmente crítico e revolucionário, não conseguiu extrair dele as consequências necessárias. Isso deixa claro que não basta afirmar o trabalho como categoria fundante do ser social, tampouco defender a ideia de que a classe trabalhadora é o sujeito fundamental da revolução. É preciso ainda explicitar, do modo mais claro e firme, a centralidade do trabalho no processo revolucionário. Isso significa que, de qualquer modo que se realize concretamente, uma revolução comunista deve ser uma “revolução política com alma social”; isto é, sem prejuízo da atividade política, o verdadeiro e essencial norteamento do processo revolucionário tem de ser dado pelas transformações na atividade social fundante, que é o trabalho. Aquele controle livre, consciente, coletivo e universal do processo de produção pelos produtores, norteado por suas efetivas necessidades, é condição absolutamente indispensável para que a revolução caminhe no sentido do comunismo.

Não se trata, obviamente, de imaginar que essa transformação se dará da noite para o dia. É necessário deixar claro que, mesmo que de modo inicial e sempre processual, o trabalho associado, em sua verdadeira expressão, tem de entrar em cena desde o início para nortear todo o processo revolucionário. Também é preciso reafirmar, com toda força, aquilo que Marx e Engels já disseram em *A ideologia alemã*:

um alto grau de seu desenvolvimento [das forças produtivas] [...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomençariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer.<sup>22</sup>

Aqui ganha toda a sua força o entendimento da justa relação entre subjetividade e objetividade. Esta não determina mecanicamente aquela. Ela mesma é um campo que contém em si várias possibilidades. Quais delas se tornarão realidade dependerá da atuação da subjetividade. Contudo, a última só pode escolher entre as possibilidades que estão contidas nesse campo. A escolha de qualquer outra resultará fatalmente em fracasso quanto aos objetivos pretendidos.

Essa situação foi, a nosso ver, precisamente o que aconteceu na Revolução Soviética e em todas as outras tentativas semelhantes. A alternativa de uma revolução efetivamente socialista não se fazia presente, não importa qual fosse a direção. A realidade objetiva não comportava a entrada em cena do trabalho associado, ou seja, da alma do socialismo, independentemente de quaisquer esforços subjetivos. E isso confirma mais uma vez aquela afirmação de Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições diretamente herdadas e transmitidas pelo passado”<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, cit., p. 38.

<sup>23</sup> Karl Marx, *A guerra civil em França*, cit., p. 15.

Infelizmente, sob o impacto da Revolução Soviética, que se realizou em um país atrasado, e de seus desdobramentos, todo o debate acerca da revolução socialista foi açambarcado por seu aspecto político, e seu próprio conteúdo social foi subsumido ao conteúdo político. Revolução passou a ser identificada com tomada do poder para, por intermédio dele, realizar as transformações nas várias dimensões sociais, inclusive na área da economia.